

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO CEARÁ: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Luciana Maciel Barbosa¹

Luzia Neide Coriolano²

Resumo

Este trabalho traz a discussão acerca da ação do Estado em relação à atividade turística que ganha destaque em discussões acadêmicas e debates sobre políticas públicas. Tem como objetivo aprofundar a temática acerca de políticas públicas que ajudam a explicar o turismo em suas variadas dimensões, sobretudo, porque, no Ceará e Região Nordeste do Brasil, as políticas de turismo têm sido produzidas de forma contraditória, a partir das contradições do modelo produtivo vigente, que privilegia, principalmente, os detentores do grande capital. O PRODETUR-NE e o Programa de Regionalização do Turismo são destacados na presente pesquisa em virtude das relevantes transformações urbanas e de planejamento turístico para o Ceará, embora ainda não suficientes para tornar esse Estado um destino turístico nacional e internacional consolidado, e trazer melhorias infraestruturais e socioeconômicas consigam abranger todo o território cearense.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Estado.

Introdução

Aliado ao discurso da geração de emprego e renda, captação de divisas, distribuição de riquezas e crescimento econômico, muitos governos têm o turismo como estratégia chave para o desenvolvimento regional, tema que passa a ser pauta de discussões e decisões políticas nacionais e internacionais. O turismo passa a constituir uma das atividades econômicas contemporâneas que mais crescem no mundo e o Estado é um forte promotor e incentivador dessa política. Por meio de parcerias com empresários de turismo, a atividade tem se fortalecido e consolidado em vários lugares.

A construção de equipamentos e implementação de serviços necessários ao atendimento à crescente demanda de visitantes é resultado de parcerias políticas que, essencialmente, modificam realidades de territórios nacionais. Assim, não apenas

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR/UECE. Email:luciana1712@yahoo.com.br

² Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR/UECE. Email:luzianeidecoriolano@gmail.com

grandes capitalistas têm interesse na atividade turística, mas governos, pequenos empreendedores, comunidades e grupos periféricos organizam o turismo de forma diferenciada, vinculando-o aos interesses das populações locais, ou endógenos. Gestado em políticas de baixo para cima que fortalecem a região, o lugar, a comunidade. A organização em associações comunitárias e os incentivos e assessorias de animadores de Organizações Não-Governamentais - ONGs, de universidades e em, alguns lugares do próprio Estado, têm contribuído para a expansão e dinamização do turismo comunitário em muitos lugares, inclusive no estado do Ceará.

A atividade turística no Ceará: ação do Estado com políticas públicas de turismo

Muito se discute acerca das ações do Estado na vida em sociedade. Conforme tradição europeia, o Estado, segundo Muller (2000), administra conflitos sociais da sociedade de classes, faz o controle do território, e para isso constrói aparato institucional burocrático regulado por coalização de forças políticas. Castro (2005, p.111), analisando o tema, acrescenta que o Estado é “a instituição política mais importante da modernidade, responsável pela delimitação do território para o exercício do mando e da obediência segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas [...]”.

Normatizações e legislações estatais são, algumas vezes, consideradas entraves à expansão territorial de grandes empresas, entretanto, a flexibilização na burocracia estatal, em alguns casos, facilita a ampliação da área de atuação e controle de investidores capitalistas privados de diversas atividades econômicas, inclusive do turismo.

Assim, políticas públicas associam-se as das empresas nessa investidas com instalação de pesados equipamentos turísticos em núcleos receptores de turismo promovendo mudanças socioespaciais intensas, que alteram a dinâmica territorial local. O Estado oferece infraestruturas e as empresas instalam seus empreendimentos a exemplo do que ocorre no litoral do Nordeste com as instalações dos *resorts*.

Dessa forma, cabe à iniciativa privada a construção dos empreendimentos e prestação de serviços com o intuito oferecer retorno na forma de benefícios à sociedade (BARRETO, BURGOS, FRENKEL, 2003). Benefícios esses que merecem ser

questionados diante do modo de produção vigente, que se caracteriza por ser desigual e trazer benefícios a poucos. Afirmam Coriolano e Fernandes (2009) que as políticas públicas consistem em ações realizadas pelo Estado, visando alcançar os interesses da sociedade. Cruz (2002, p.40) compreende política de turismo como

um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

A atividade turística no estado do Ceará, conforme afirma Benevides (2003), inicia-se no contexto das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional para o Nordeste. Segundo o autor, esse processo de viabilização do turismo se dá em decorrência da região passar a ser considerada

um dos locais privilegiados para a implantação de investimentos em turismo e hotelaria, bem como tem-se orientado pelas tendências decorrentes da globalização, que apontam para o crescimento do "setor de turismo" na economia mundial e para a maior participação de áreas tropicais do planeta neste mercado, cuja segmentação crescente é alimentada pelas peculiaridades encontradas nessas áreas, em virtude de motivações e valores que alimentam a demanda turística, tais como o multiculturalismo e o ambientalismo (op.cit. p. 32).

Dessa forma, verifica-se que o turismo no Nordeste não se inicia por acaso, mas seguindo tendências e intencionalidades da economia capitalista globalizada. Daí Coriolano (2006, p.111) dizer que o turismo no Ceará surge

como decorrência da ordem econômica mundial que, ao transformar a maneira de industrializar tornando-a flexível, por globalizar a produção e aproximar os espaços pelas tecnologias, precisa dos lugares periféricos estruturados para suporte a essas mudanças.

A participação estatal nesse processo é relevante e as políticas públicas viabilizam o turismo na Região Nordeste. A implantação da infra-estrutura básica e de acesso a destinos turísticos, estratégias de mercado e preocupação ambiental em alguns casos aparecem como metas e objetivos de planos turísticos, demonstrando, assim, que há articulação da política setorial do turismo a políticas mais abrangentes como a econômica, urbana e a ambiental.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, inseridos no Plano Nacional do Turismo – PNT constituem políticas públicas que apresentam significativas

ações de planejamento nas regiões brasileiras, voltadas à infra-estrutura urbana, *marketing* e estruturação da oferta turística.

Com o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I, criado em 1994, o Ceará, assim como os demais estados da região e o norte de Minas Gerais³, passam a receber investimentos, com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. US\$ 625, 966 milhões foram aplicados pelo Programa, envolvendo a execução de 264 projetos, voltados, principalmente, à infra-estrutura básica que possibilitou o desenvolvimento da atividade turística nos estados do litoral do Nordeste (BNB, 2006), uma região turística consolidada. Construção e/ou reformas de aeroportos, rodovias, implementação de serviços de saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico em áreas turísticas, proteção ambiental, além da capacitação de órgãos do governo responsáveis pela atividade nos estados nordestinos foram algumas das ações realizadas pelo programa.

O PRODETUR/NE, nas fases I e II, tem promovido o aumento dos incentivos financeiros para o turismo, com melhorias na gestão das receitas por parte dos municípios e estados, para assegurar o desenvolvimento turístico nas áreas contempladas pelo programa (BNB, 2010). Acrescentam-se objetivos e mecanismos para o desenvolvimento da atividade turística no país, tais como a definição de pólos indutores do turismo; processo de planejamento setorial integrado e participativo por meio dos Conselhos de Turismo; planejamento estratégico; melhorias na infra-estrutura dos municípios e localidades turísticas; fortalecimento na capacitação municipal de planejamento e gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal; proteção do patrimônio natural; revitalização e restauração do patrimônio cultural, além da promoção de investimentos da iniciativa privada (BID, 2010). Trata-se, portanto, de uma transformação espacial que se relaciona às atividades urbanas.

No Ceará, as ações continuadas do PRODETUR/CE, incidem nos municípios do Pólo Costa do Sol: Aquiraz, Fortaleza (capital cearense), Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema,

³ Cruz (2000) explica que o PRODETUR-NE, por motivos políticos e operacionais, abarca toda a área de jurisdição da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará.

O Programa realizou a Base Cartográfica do Pólo Costa do Sol, urbanização da Praia da Taíba, urbanização da Praia das Fleixeiras, urbanização da Orla de Paracuru, ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jericoacoara, complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trecho: Barrento/Aracatiara e trecho: Aracatiara/Itarema, rodovia de Acesso (binário) da Lagoinha e a recuperação da Igreja Nossa Senhora da Conceição e Seminário da Prainha (BNB, 2010).

Em execução encontram-se a urbanização da Praia de Iracema, urbanização de Lagoinha – Paraipaba, urbanização da Orla de Camocim, recuperação do Antigo Prédio da Empresa de Turismo - EMCETUR, recuperação do Mercado da Carne de Aquiraz, recuperação da Praça da Matriz de Aquiraz, fortalecimento Institucional do órgão gestor do turismo, sinalização turística de Fortaleza, sistema de Esgotamento Sanitário de Jericoacoara. Está sendo realizada a complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trechos: Jijoca - Parazinho e Parazinho – Granja, pavimentação da Rodovia CE-176, trecho Amontada – Aracatiara – Icarai, pavimentação da Rodovia CE-311, Granja - Viçosa do Ceará (BNB, 2010). O aeroporto de Aracati também encontra-se em ampliação, tendo sido alocados recursos no valor de R\$ 10 milhões provenientes da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (MTUR, 2008).

Assim como o programa, ações relacionadas à implantação de Planos de Manejo em Unidades de Conservação do Litoral Oeste, conservação de recursos hídricos, florestamento e fixação de dunas do Estado, em várias praias tais como: Mocó, Lagoa Grande, Alagadiço, Boca do Poço, município de Paracuru; Dunas da Vila dos Pracianos, no Distrito de Marinheiro, em Itapipoca; Dunas da Taíba, da lagoa do pecém e da lagoa das Cobras, no município de São Gonçalo do Amarante ; Dunas da lagoa do Piancó e do Mundaú, no município de Trairi ; Dunas da lagoa do Mato, Distrito de Baleia, Município de Itapipoca; Dunas de Bitupitá, do Venâncio e do Capim-Açu, no município de Barroquinha (CONPAM, 2010).

A atuação do Estado frente ao turismo é reforçada com o Programa de Regionalização do Turismo – PRT – “Roteiros do Brasil”, lançado em 2004, como macro programa do Plano Nacional do Turismo. O programa propõe gestão descentralizada, coordenada e integrada com base nos princípios de flexibilidade,

mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na articulação de políticas. Intensifica as estratégias para ampliação do relacionamento entre esferas públicas e privadas, tendo em vista a estruturação de municípios integrantes de regiões turísticas para ampliar a qualidade dos produtos turísticos, a capacidade competitiva no mercado, além do consumo e permanência dos visitantes.

A regionalização percorre os programas: Planejamento e Gestão da Regionalização, Estruturação dos Segmentos Turísticos, Estruturação da Produção Associada ao Turismo e Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo, com o propósito de incentivar e ordenar as regiões turísticas e implementar roteiros temáticos integrados.

O Programa mapeou 200 regiões turísticas no país, por meio de reuniões com órgãos e fóruns estaduais de turismo, articulando 3.819 municípios, tendo em vista atender aos padrões de qualidade internacionais. Para atender a esses padrões vem sendo implantada a infra-estrutura turística, qualificação e certificação profissional, assim como certificação de empreendimentos turísticos (BRASIL, 2007).

Todas as capitais, incluindo o Distrito Federal, são destinos indutores do turismo e cada estado tem no mínimo um e no máximo cinco. Destinos indutores

são aqueles que possuem infra-estrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para o seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (MTUR, 2008, p.18).

O Brasil conta com 3.819 municípios considerados turísticos, e assim os 65 destinos escolhidos representam menos de 2% do total de municípios que desenvolvem a atividade. Entretanto, conforme dados do MTur (2008), as 59 regiões turísticas contempladas totalizam 740 municípios beneficiados com o programa, ou 19% do número de localidades turísticas. Esses números são incipientes para o país que é divulgado como referência internacional de turismo.

No estado do Ceará, a SETUR trabalha o Programa de Regionalização do Turismo a partir das áreas litorâneas, serranas e sertanejas, seccionando o Estado em doze regiões turísticas (Figura 01). Por meio do Programa de Regionalização do Turismo são estabelecidos roteiros turísticos a serem trabalhados no estado do Ceará: Sertão Central; Serras de Aratanha e Baturité; Ibiapaba; Vale do Acaraú; Cariri do

Ceará; Costa Sol Poente; Costa Sol Nascente e Fortaleza – Cultura, Natureza e Negócios (SETUR, 2007).

FIGURA 01 –REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ



Fonte: SETUR (2007)

O Ceará conta com quatro destinos indutores do desenvolvimento turístico: Fortaleza, Canoa Quebrada, em Aracati, Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara e Nova

Olinda, no Cariri. Os investimentos aplicados nesses destinos potencializam a atividade turística de municípios vizinhos, dinamizando, assim, a atividade entre os integrantes dos roteiros.

O Roteiro Turístico Cariri localiza-se ao sul do Ceará, articulando-se com os estados de Pernambuco e Piauí. Tem como Pólo indutor o município de Nova Olinda, com população, em 2007, de 12.974 habitantes e distante 543,4 km de Fortaleza, conforme dados do Anuário do Ceará 2010-2011. Entre os principais atrativos turísticos dessa região, destacam-se a Chapada do Araripe, fonte de pesquisa de trabalhos acadêmicos, o Geopark Araripe (com uma área de aproximadamente 3.520,52 km²), os projetos comunitários desenvolvidos pela Fundação Casa Grande, o turismo religioso dinamizado pela figura do Padre Cícero, além de outros segmentos como rural, de eventos, de aventura e de negócios.

O Roteiro Costa do Sol Nascente abrange os municípios localizados no litoral à direção leste de Fortaleza. Tem como pólo indutor o município de Aracati, distante 148,3 km da capital do Ceará e população de 66.049 habitantes, segundo dados estatísticos do Anuário do Ceará 2010-2011. A principal área de investimento é Canoa Quebrada (SETUR, 2009).

O Roteiro Costa do Sol Poente dinamiza o turismo de municípios localizados na porção litorânea a oeste de Fortaleza, principal área de atuação do PRODETUR/CE. Jijoca de Jericoacoara é o pólo indutor do turismo nessa região e Jericoacoara destaca-se como a terceira praia mais procurada pelos turistas no Estado (SETUR, 2009).

Fortaleza, assim como as demais capitais brasileiras, é pólo indutor do turismo, conforme estabelecido no PNT e PRT. É o principal portão de entrada de visitantes do Estado, pela existência do aeroporto o internacional Pinto Martins.

O Roteiro Serra da Ibiapaba localiza-se a oeste do Estado, próximo ao Piauí. A gruta de Ubajara localizada no município de mesmo nome, é um dos atrativos turísticos do roteiro para pesquisadores e demais interessados em formações rochosas, embora já bastante impactada pelo homem.

O Roteiro Serras de Aratanha e Baturité tem como principais segmentos o turismo cultural, aventura, rural, negócios e eventos. O Festival de Jazz e Blues,

realizado no período de carnaval, reúne vários turistas na cidade de Guaramiranga (SETUR, 2009).

O Roteiro Vale do Acaraú está localizado ao norte, no Estado do Ceará. Os segmentos do turismo de aventura, rural, cultural, negócios e eventos são promovidos pelo roteiro. O clima quente e seco da região constrata com a Serra da Meruoca que apresenta clima ameno, conforme a Prefeitura do município a média mínima de temperatura é de 19°C.

Quixadá, Banabuiú, Canindé, Quixeramobim, Senador Pompeu e Caridade formam o Roteiro Turístico Sertão Central. Os monólitos de Quixadá são importantes atrativos de pesquisadores e curiosos que veem formações rochosas como a Pedra da Galinha Choca e o açude Cedro, construído ainda no Período Colonial.

As transformações socioespaciais decorrentes das ações do PRODETUR e do Programa de Regionalização do Turismo são significativas e mostram a atuação do Estado priorizando e promovendo a atividade turística, em parcerias com empreendedores. A ampla relação do turismo com as demais atividades econômicas o torna objeto de interesse de políticas públicas aplicadas em diferentes esferas, seja municipal, estadual ou federal. As políticas de turismo promovem diferentes possibilidades de negócios turísticos, seja para o grande ou pequeno empreendedor, e com eles a oferta de trabalho e renda. O turismo, entretanto, não se configura solução para a pobreza e subdesenvolvimento, embora possa servir de alternativa e opção de trabalho. Assim afirmam Coriolano e Fernandes (2005, p.142), o turismo

é uma atividade econômica como outra qualquer, inserida na economia de mercado, portanto não é uma solução para combater o subdesenvolvimento. Faz-se necessário entender a política de turismo como parte da política econômica global e neoliberal.

A perspectiva do turismo como atividade alternativa para a melhoria na renda de famílias pobres, residentes em lugares turísticos ou “turistificados”, se expande cada vez mais, inclusive no estado do Ceará. Embora se configure atividade econômica desenvolvida, seguindo os ditames do modelo capitalista, novas políticas e formas de organização e difusão do turismo ganham espaço nas práticas de desenvolvimento da atividade, exemplificado pelo eixo do turismo comunitário organizado por comunidades cearenses. A organização das comunidades do turismo comunitário em redes dá-lhes poder de pressão sobre o Estado, quando passa a exigir atendimentos às demandas de

seus interesses, levando o governo federal a ponderar sobre essa forma de fazer turismo e assim, reconhecer a realidade do turismo alternativo, em crescimento e expansão no país.

Conclusões

As várias obras executadas pelo PRODETUR/NE dão ao Ceará e à região Nordeste, possibilidades para a realização de mais investimentos de capital privado, inclusive estrangeiro. A valorização do turismo de massa voltado ao modo de vida urbano, a hospedagens de luxo, a passeios pré-estabelecidos e a praias “paradisíacas”, faz do litoral espaço de destaque e de interesse do capital. As mudanças provenientes de programas de turismo, embora associadas ao crescimento econômico e modernização do espaço físico, muitas vezes, não são acompanhadas de benefícios a parte do povo nordestino que continuou sem capacitação para interagir nesse processo de mudança.

Associado ao discurso oficial de melhoria de vida, mais oportunidades de emprego e renda aos moradores locais, o PRODETUR é uma política pública voltada aos interesses de grandes investidores do turismo. Empresários de hotéis, *resorts*, restaurantes, parques temáticos e grandes agências de viagens investem no Nordeste e no Ceará motivados por incentivos fiscais, ofertando trabalho e ocupação à população local, embora subempregos.

Esses dados não mostram a realidade da ocupação da mão-de-obra referente aos postos de trabalho ocupados, qualificação, remuneração e jornada de trabalho. Embora o número de empregos vinculados ao turismo seja crescente, ele não é a “tábua de salvação” nem resolve os problemas sociais, como ressalta Krippendorf (2009). Os resultados do turismo para a sociedade cearense são visivelmente percebidos, embora haja cobrança de mais oportunidades de trabalho e melhores salários para os que trabalham na cadeia.

O processo de transformação espacial pelo e para o turismo faz do planejamento territorial, condição básica para o desenvolvimento da atividade em territórios selecionados, ditos “turistificados” e comercializados de acordo com determinações estabelecidas pelo mercado competitivo e globalizado de hoje. Entretanto o planejamento turístico realizado, de forma que apenas aborde a ótica econômica, faz com que a essência das políticas públicas, de atender aos interesses gerais da sociedade, não seja contemplada.

Esses incentivos e fomentos estatais têm colaborado para a ampliação das atividades comunitárias, como o turismo de base local. A questão local e a relevância do trabalho em comunidade são necessárias, embora iniciativas locais não sejam suficientes para o atendimento a toda atividade turística. Assim, as políticas de turismo, tanto as provenientes das políticas públicas, privadas e alternativas, conquistam cada vez mais espaço, no país. Portanto, essas políticas passaram a ser de interesse do Estado, de instituições privadas, de ONGs, e das próprias comunidades. E enquanto empresas ficam mais atentas à acumulação do capital, comunidades estão preocupadas em tornar seus territórios solidários, encontrar ocupação e trabalho que garantam sobrevivência das famílias, preservarem suas culturas e protejam ecossistemas.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. O turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003, v. 1, p. 41-51.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. Programa de Desenvolvimento do Turismo Ceará. Prodetur Nacional Ceará. **Manual de Operações**. Mar 2010.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **PRODETUR/NE I- Resultados**. Jan 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne1/gerados/resultados.asp> Acesso em: 29 out 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil**. BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (org). 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CONPAM. Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Prodetur. Endereço eletrônico: <<http://www.conpam.ce.gov.br/categoria1/prodetur/?searchterm=prodetur>> Acesso em: 16 nov 2010.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e FERNANDES, Laura Mary Marques. Turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: BOZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 383 – 410.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3ªed. São Paulo: Aleph, 2009.

MTUR. Ministério do Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo:** turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. Coordenação Tânica Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques.** Paris, PUF, Que ais-je, 2000.

SETUR/CE. Ceará espera 915 mil turistas na alta estação. **Notícias.** 12 dez 2010. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/noticias/ceara-espera-915-mil-turistas-na-alta-estacao-1>> Acesso em: 29 dez 2010.

_____. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. **Estudos Turísticos da SETUR:** Evolução do Turismo no Ceará. n° 17, 4ª Edição, maio de 2009. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/copy4_of_estudos-e-pesquisas> Acesso em: 30 mar 2010.